

## PARECER JURÍDICO

### Projeto de nº 029/2023

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, no qual autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Fomento nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 com a Associação Clube da 3ª Idade Esperança Viva de Feliz Natal, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.939.998/0001-33, com sede na Rua Dionísio Cerqueira, s/n, Centro, Feliz Natal/MT, CEP 78.885-000, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) a serem repassados em uma única parcela, objetivando custear parcialmente, as despesas com a construção da sede do Lar dos idosos.

É o breve relatório.

O presente projeto possui amparo legal.

A Lei Federal 13.019/2014, em seu art. 17, assim dispõe:

*Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. [\(Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#).*

Inobstante, cabe mencionar quanto a possibilidade de concessão de termo de fomento à entidade filantrópica mediante celebração de termo de fomento com a **Associação Clube da 3ª Idade Esperança Viva de Feliz Natal, associação civil, filantrópica**, sem deve-se observar o que prevê o art. 116 da lei 8.666/93:

**Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres** celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo

se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

**§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.**

Ao se analisar o referido artigo da lei 8.666/93 pode-se verificar os requisitos estão previstos no corpo do projeto de lei, devendo-se observar que após a assinatura do **termo de fomento entre o Poder Executivo e a Associação Clube da 3ª Idade Esperança Viva de Feliz Natal**, faz se necessário dar ciência da celebração do termo de fomento com a Câmara Municipal nos termos do §2º do artigo 116 da lei 8.666/93.

Outro ponto a ser mencionado é que compete privativamente a Câmara Municipal de Feliz Natal aprovar termo de fomento celebrado pelo município com entidades sem fins lucrativos nos termos do inciso X do art. 12 da Lei Orgânica do Município:

**Artigo 12º - Compete privativamente à Câmara Municipal,**  
dentre outras, as seguintes atribuições:

(...)

**X - aprovar convênio, consórcio, acordo ou qualquer outros instrumentos celebrados pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno, entidades assistenciais, beneficentes, educacionais e entre o Poder Público Municipal e o particular;**

Como se trata de competência privativa da Câmara Municipal, a análise do respectivo projeto de lei pelo legislativo é requisito imprescindível para que ocorra a celebração do termo de fomento pelo Poder Executivo.

Ademais, quanto à legalidade do presente projeto de lei verifico que, em tese, atende os requisitos necessários para ser levado em plenário, posto que existe dotação orçamentária para celebração do convênio na Lei Orçamentaria Anual de 2023 – LOA 2023 – conforme disposto no art. 4º do presente projeto de lei:

**Art. 4º - Os recursos orçamentários para atender esta Lei encontram-se consignados no Orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:**

10056 CONST./REF./AMPL./EQUIP. CENTRO DE CONV. DA  
MELHOR IDADE  
05.002.08.241.0015.10056.4490510000.15000000000 OBRAS  
E INSTALAÇÕES.

Diante do exposto, como existe dotação orçamentária e por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos que visa ajudar a sociedade, e estar de acordo com a lei, **dou parecer jurídico FAVORÁVEL ao presente projeto de lei** posto que apresenta os requisitos de viabilidade técnica para ser levado a votação pelo plenário.

No que se refere ao mérito do referido Projeto não cabe este Procurador Legislativo se pronunciar, uma vez que caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade e necessidade de aprovação, devendo ser respeitada para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer.

Feliz Natal-MT, 15 de setembro de 2023.

**JULIANO BERTICELLI**  
**Procurador Legislativo – OAB/MT 12.121**